

**Portaria Nº6/2024**

A Diretoria Colegiada da Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 34 do Estatuto Social da ADEPE;

Considerando a deliberação do Conselho de Administração da ADEPE, na 1ª RCA/2024, realizada em 29 de janeiro de 2024;

RESOLVE:

Art. 1º Ratificar e fazer publicar a "Política de Divulgação de Informações" da ADEPE, nos termos do Anexo Único desta Portaria, aprovada pelo Conselho de Administração da ADEPE, nos termos da 1ª RCA/2024, realizada em 29 de janeiro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de aprovação pelo Conselho de Administração da ADEPE.

Atenciosamente,

DIRETORIA COLEGIADA

Pelos subscritores

ANEXO ÚNICO

Preâmbulo: Esta política foi aprovada pelo Conselho de Administração da Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco - ADEPE, com fundamento no inciso IV do artigo 8º da Lei Federal nº 13.303/2016, em 29 de janeiro de 2024.

CAPÍTULO I**DO ESCOPO E ABRANGÊNCIA**

Art. 1º A presente Política de Divulgação de Informações tem por finalidade definir as diretrizes sobre o uso e a divulgação de informações que, por sua natureza, possam suscitar ato ou fato relevante, visando a evitar o uso indevido de informações privilegiadas.

CAPÍTULO II**DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E NORMATIVA**

Art. 2º A "Política de Divulgação de Informações da ADEPE" explicita os mecanismos de transparência ativa e passiva adotados na ADEPE e disciplina o uso e a divulgação de informações, conforme a legislação aplicável e, em especial, as Leis nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e nº 12.527, de 18 de novembro de 2011; e o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.

CAPÍTULO III**DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 3º Para os fins desta Política, são adotados os seguintes conceitos e definições:

I - Agente Público: pessoa que exerce, com ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função pública, ainda que transitoriamente;

II - Alta Administração: pessoa ou grupo de pessoas que dirige e controla uma organização no mais alto nível, ficando restrito esse conceito aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria;

III - Ato ou fato relevante: caracteriza-se por qualquer decisão do acionista controlador, deliberação do Conselho de Administração ou da Diretoria, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da ADEPE que possa influir de modo ponderável na cotação de bens ou serviços, ou quaisquer outros negócios jurídicos entabulados.

Art. 4º A presente Política é fundada nos seguintes princípios:

I - Transparência: A ADEPE orientada pela premissa de que toda informação concernente às suas atividades operacionais e administrativas será tornada pública, a não ser que haja previsão de hipótese de preservação do sigilo da informação.

II - Controle e Governança: A ADEPE tem o compromisso de prestar contas ao seu acionista controlador, aos órgãos de controle, bem como à sociedade e de assegurar os mais altos padrões de governança corporativa.

III - Receptividade: em razão do seu compromisso com a comunicação aberta e eficiente, a ADEPE está inteiramente disponível para o recebimento de comentários e sugestões que tenham como objetivo contribuir para a consecução de sua missão e/ou o aprimoramento da comunicação e transparência.

IV - Respeito à confidencialidade: A ADEPE tem o dever legal de respeitar o sigilo imposto pela legislação brasileira ou estrangeira, este decorrente dos contratos celebrados com partes internacionais, quando aplicável. Tal princípio é indispensável para a manutenção da relação de confiança estabelecida com seus beneficiários e com a própria sociedade no desenvolvimento de suas atividades.

Art. 5º As informações de que a ADEPE dispõe estão sujeitas ao regime de transparência e publicidade. Não obstante, a divulgação de informações é condicionada às disposições de resguardo do sigilo, nos termos do art. 6º desta Resolução, sem prejuízo de demais normas aplicáveis.

Art. 6º Os documentos e sistemas de informação da ADEPE devem possuir identificação expressa das unidades gestoras das informações associadas.

Art. 7º Excepcionalmente, nos termos estabelecidos pela Lei nº 12.527/2011, pelo Decreto nº 7.724/2012 e demais disposições aplicáveis externas e internas, a informação poderá ser classificada:

- I- Sigilosa;
- II- Restrita; ou
- III- Pública.

§1º A informação não classificada como restrita ou sigilosa será classificada como pública e, portanto, passível de divulgação ao público em geral.

§2º A informação sigilosa, cuja classificação será disposta no “Regulamento para definição de informações sigilosas”, poderá ser divulgada aos órgãos de controle externo e interno, nos termos da Lei nº 12.527/2011.

§3º Na hipótese do parágrafo anterior, o grau de confidencialidade será atribuído pela ADEPE no ato de entrega dos documentos e das informações solicitados, tornando-se o órgão de controle com o qual foi compartilhada a informação sigilosa corresponsável pela manutenção do seu sigilo.

§4º A informação será classificada como restrita nas seguintes hipóteses legais:

- a) Controle interno (art. 26, §3º, da Lei nº 10.180/2001);
- b) Direito Autoral (Art. 24, inciso III, da Lei 9.610/1998);
- c) Documento Preparatório (Art. 7º, §3º, da Lei nº 12.527/2011);
- d) Informação Pessoal (Art. 31 da Lei nº 12.527/2011);
- e) Informações Privilegiadas de Sociedades Anônimas (Art. 155, §2º, da Lei nº 6.404/1976);
- f) Interceptação de Comunicações Telefônicas (art. 8º, caput, da Lei 9.296/1996);
- g) Investigação de Responsabilidade de Servidor (Art. 150 da Lei nº 9.296/1996);
- h) Livros e Registros Contábeis Empresariais (Art. 1.190 do Código Civil);
- i) Operações Bancárias (Art. 1º da Lei Complementar nº 105/2001);
- j) Proteção da Propriedade Intelectual de Software (Art. 2º da Lei 9.609/1998);
- k) Protocolo – Pendente de Análise de Restrição de Acesso (Art. 6º, inciso III, da Lei nº 12.527/2011);
- l) Segredo de Justiça no Processo Civil (Art. 189 do Código de Processo Civil);
- m) Segredo de Justiça no Processo Penal (Art. 201, §6º, do Código de Processo Penal);
- n) Segredo Industrial (Art. 195, XIV, Lei nº 9.279/1996);
- o) Sigilo das Comunicações (Art. 3º, inciso V, da Lei nº 9.472/1997);
- p) Sigilo de Empresa em Situação Falimentar (Art. 169 da Lei nº 11.101/2005);
- q) Sigilo do Inquérito Policial (Art. 20 do Código de Processo Penal);
- r) Situação Econômico-Financeira de Sujeito Passivo (Art. 198, caput, da Lei nº 5.172/1966 – CTN); e
- s) demais possibilidades reguladas pela ADEPE.

Art. 8º Para a atribuição de sigilo conferido por legislação específica devem ser observadas informações que possam:

- I – pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população;
- II - prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico da ADEPE;
- III - prejudicar ou pôr em risco a governança corporativa, a condução ou a continuidade dos negócios da ADEPE;
- IV – prejudicar a competitividade da ADEPE;
- V - prejudicar ou causar risco a projetos, sistemas ou soluções tecnológicas de propriedade de empresas que tenham vínculo contratual com a ADEPE;
- VI - expor a ADEPE à concorrência desleal.

Parágrafo único. Informação sigilosa não protegida por legislação específica deverá ser classificada nos graus e prazos estabelecidos no Capítulo IV da Lei Estadual nº 14.804/2012.

CAPÍTULO IV MECANISMO DE DIVULGAÇÃO

Art. 9º Devem ser disponibilizadas e atualizadas em seção específica do sítio da ADEPE na Internet (www.addiper.pe.gov.br) informações de interesse coletivo ou geral produzidas ou custodiadas pela ADEPE, observando as disposições da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.

CAPÍTULO V DA DIVULGAÇÃO DE ATO OU FATO RELEVANTE

Art. 10. Atos ou fatos relevantes podem, excepcionalmente, deixar de ser divulgados se o acionista controlador ou Conselho de Administração entenderem que sua divulgação coloca em risco interesse legítimo da Agência.

CAPÍTULO VI DO ACESSO À INFORMAÇÃO

Art. 11. Qualquer pessoa, natural ou jurídica, poderá formular pedido de acesso à informação.

§1º O pedido será, preferencialmente, apresentado em formulário padrão, disponibilizado no sítio eletrônico da Agência ou em canal a ser oportunamente divulgado.

§2º O prazo de resposta será contado a partir da data de apresentação do pedido formulado.

Art. 12. O pedido de acesso à informação deverá conter:

- I - nome do requerente;

II - número de documento de identificação válido;

III - especificação, de forma clara e precisa, da informação requerida; e

IV - endereço físico ou eletrônico do requerente, para recebimento de comunicações ou da informação requerida.

Art. 13. Não serão atendidos pedidos de acesso à informação genéricos; desproporcionais ou não razoáveis; que exijam trabalhos adicionais de análise; interpretação ou consolidação de dados e informações; ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência da ADEPE.

CAPÍTULO VII DA POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE NEGOCIAÇÕES ENVOLVENDO ENERGIA ELÉTRICA

Art. 14. Nas negociações tendo como objeto energia elétrica, a ADEPE se reserva ao direito de ofertar, nos termos da política do mercado, livremente, os preços de energia em R\$/MWh, não podendo ser inferior ao Preço Mínimo que será divulgado exclusivamente aos compradores.

§1º Na hipótese da totalidade do volume de energia elétrica demandado ultrapassar a quantidade de energia ofertada, e havendo disponibilidade, a ADEPE se reserva o direito de atender a um ou mais compradores, disponibilizando a seu critério um volume maior de energia.

§2º A ADEPE e os Compradores deverão manter sigilo e confidencialidade quanto às propostas a serem apresentadas, exceto em decorrência de exigência legal, judicial, da ANEEL ou de qualquer autoridade governamental.

CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. É peremptório o controle ao acesso e à divulgação de informações sigilosas da ADEPE, assegurando a sua proteção.

Art. 16. O acesso, a divulgação e o tratamento de informação classificada como sigilosa ficarão restritos aos colaboradores que tenham necessidade de conhecê-la e que sejam devidamente credenciados para acessá-la.

Art. 17. O acesso à informação classificada como sigilosa cria a obrigação para o qualquer envolvido que a obteve de resguardar o sigilo, sob pena de responsabilização nas esferas civil e/ou penal;

Art. 18. Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho de Administração da ADEPE.



Documento assinado eletronicamente por **João Victor Falcão de Andrade**, em 30/01/2024, às 20:31, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Miranda Tabosa de Assis**, em 30/01/2024, às 21:42, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andre Luis Ferrer Teixeira Filho**, em 30/01/2024, às 21:48, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Arlindo Henrique Tabosa Pereira**, em 30/01/2024, às 21:49, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Aurelio Santos Lira**, em 31/01/2024, às 08:26, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Brena Paes Barreto Castelo Branco**, em 31/01/2024, às 08:34, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Camila Bandeira de Mello Santos**, em 31/01/2024, às 09:46, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Henrique Neves de Holanda**, em 31/01/2024, às 15:46, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSE MARIA RODRIGUES JUNIOR**, em 05/02/2024, às 14:14, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **46183363** e o código CRC **863D10EC**.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE PERNAMBUCO

Av. Conselheiro Rosa e Silva, 347, - Bairro Graças, Recife/PE - CEP 52050-225, Telefone: (81)3181-7300